

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA /RN

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA
REVISÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MACAÍBA /RN

ATA

Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezenove no PAX Clube de Macaíba, localizado na Rua Parque Governador José Varela, 01 – Centro – Macaíba/RN, realizou-se a (2ª) segunda Audiência Pública para Revisão do Plano Diretor de MACAÍBA /RN, sendo organizada e acompanhada pelo Grupo de Acompanhamento Local (GAL). Dado início da (2ª) segunda Audiência Pública, obedeceu-se a seguinte programação: às 18h24 abertura dos trabalhos da segunda Audiência Pública conduzida pelo cerimonialista Senhor **Marcelo Augusto Bezerra – Secretário da Cultura**, o qual solicitou a composição da mesa, execução do Hino Nacional e posteriormente deixou a palavra facultada para a mesa, sendo utilizada por todos os seus componentes: **Sr. Auri Simplício vice-prefeito de Macaíba, representando o Prefeito Fernando Cunha Lima Bezerra, Poder Executivo; Sra. Vereadora Edma Maia representando poder Legislativo; Dra. Raquel Germano – Promotora de Justiça, representando o Poder judiciário; Sr. Luiz Antônio Lacerda, Vice-presidente da Fecomércio RN e Presidente do Sindcomércio Macaíba. Às 18h41 o Secretário de Projetos Especiais Eng. Civil Joacy Carlos Pereira de Assis**, fez uma apresentação que abordou as fases do processo de revisão, os resultados, a metodologia utilizada para garantia da participação popular na revisão do Plano Diretor de Macaíba, ou seja, nas reuniões comunitárias, oficinas temáticas, Reunião Núcleo Gestor, bem como o andamento do processo, a adesão da população as reuniões realizadas, o que se espera e pretende para as etapas subsequentes da revisão do Plano Diretor. Posteriormente, às 19h01, foi feita a apresentação do diagnóstico pela **Geógrafa e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Laís Ariane Correia**, representante da equipe de consultoria da FUNCERN (Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte). A técnica iniciou destacando a importância da ferramenta do plano diretor para orientação e organização do município. Seguiu apresentando o resultado dos estudos e levantamentos realizados contemplando os seguintes tópicos: (1) Contextualização acerca da dinâmica do município com a região metropolitana, (2) Contextualização histórica, (3) Dinâmica social e econômica, (4) Dinâmica ambiental, (5) Dinâmica Imobiliária e de infraestrutura, (6) Dinâmica Cultural, (7) Análise da legislação aplicada ao Plano Diretor (8) Considerações sobre o Plano Diretor (9) Reuniões comunitárias. A apresentação objetivou retratar o município de Macaíba na atualidade, considerando os aspectos pertinentes ao Plano Diretor. A posteriori, 19h45 formou-se a mesa técnica, composta por: **Eng. Civil Joacy Carlos Pereira de Assis, Arquiteto Marllós Diego, Eng. Civil Aldo Tinoco, Eng. Civil Maria Eleonora**. Dando início ao

momento de destaques e contribuições, dividida em dois momentos. No primeiro momento para destaques, se manifestaram os seguintes delegados que compõe o Núcleo Gestor: **Sra. Vereadora e Delegada Marijara Luz Ribeiro Chaves** destacou a participação da sociedade civil, a classe empresarial e a classe política desde a primeira fase da revisão, registrou o papel fundamental do diagnóstico para o município, ressaltou a divulgação das instâncias de participação popular. O **Delegado Sr. Manoel Marcos**, líder comunitário do bairro de Bela Vista, destacou sua contribuição para o diagnóstico por meio da reunião comunitária em Bela Vista. Ressaltou a responsabilidade dos vereadores que votarão a lei do plano diretor, por fim destacou que apesar da relevância do bairro no crescimento populacional do município, este não recebe os investimentos equivalentes. A **Delegada Sra. Rosa Pinheiro** parabenizou o município por realizar a revisão do PD, bem como a equipe técnica. Apontou a relação entre o crescimento da população rural e diminuição das atividades agrícolas e questionou o que explicaria esse fenômeno. Questionou como está a estrutura fundiária. Afirmou que sentiu falta dos aspectos da estrutura fundiária, pois a partir disso pode-se decidir quais ferramentas utilizar, visto que a legislação tem instrumentos diferenciados para áreas não regulamentadas. Destacou a importância do levantamento de uso e ocupação do solo, principalmente para contagem populacional, para preencher as lacunas do CENSO do IBGE. Perguntou como funcionam os fluxos de transporte e o impacto da população pendular dado a aproximação com a capital. Em resposta **Aldo Tinoco** explicou acerca da segregação da população de baixa renda e a importância do plano na minimização dessa mitigação da problemática. **Maria Eleonora** destacou a construção continuada do diagnóstico e explicou sobre a necessidade de informações cartoriais e cadastrais para subsidiar essa análise cruzando dados da regularização fundiária do diagnóstico aos dados do cartório. Ressaltou que o transporte e o sistema viário foram contemplados, mas que o detalhamento maior pode ser encontrado no Plano de Mobilidade. **Aldo Tinoco** acrescentou que pequenos núcleos urbanos são assistidos pela lei 13.465, que possibilita a população obter matrícula do imóvel. **Fábio Gois**, advogado da consultoria, contribuiu afirmando que houve identificação de um problema no licenciamento, há deficiência na documentação nos cartórios imobiliários. Afirmou também que há um apontamento no diagnóstico que se tenha uma ação voltada para a regularização. **Laís Correa**, geógrafa da consultoria, apresentou algumas teorias para responder a relação entre o crescimento da população rural e diminuição das atividades agrícolas, apontando a subnotificação da população rural e diminuição de atividades agrícolas mais tradicionais. **Paulo Silva**, engenheiro agrônomo da consultoria, também acrescentou a fala de Laís, explanando que a produção agrícola está relacionada a pluviometria, e afirmou que a região passou-se por um longo período de seca (o pior nos últimos 100 anos), outro fator apontado foi o uso de casas de campo como segundas, o êxodo rural por parte da mão de obra responsável pela produção rural, destacou que o mesmo fenômeno ocorre em outros estados do país. No segundo momento facultou-se a palavra aos demais participantes da audiência, as observações foram do Sr. Francisco de Assis da Silva, o qual

questionou acerca da mobilidade em Macaíba, principalmente no bairro do Centro, apontando grande volume de trânsito, dificultando a circulação, principalmente nos finais de semana. E questionou se o Plano Diretor contempla esses aspectos. Pediu a intensificação da fiscalização acerca das intervenções da CAERN nas vias. **Joacy Carlos** respondeu lembrando que o intuito da audiência é a apresentação do diagnóstico, e afirmou que o aspecto da mobilidade será contemplado, acrescentou que o Plano de mobilidade urbana encontra-se em estudo na secretaria de trânsito e transportes do município para que seja iniciada a fase de implantação, bem como o projeto de acessibilidade de calçadas, em trâmite junto ao Ministério Público. Citou também a existência de projetos em andamento que contemplam a realocação da feira. **Aldo Tinoco** complementou apontando que há possibilidade de associação dos municípios para tomada de decisões diversas acerca do planejamento urbano. Hugo Nascimento, corretor de imóveis, destacou a preocupação de viabilizar atração de novos investidores para o município em detrimento do setor habitacional, estimulando a verticalização. Afirmou que o município está atrasado em relação a isso. Sugeriu que, em anexo ao plano diretor, seja feito um projeto de “legalização” fundiária. Afirmou que apenas ele atua como avaliador imobiliário de fazendas e imóveis na região e destacou que o setor passa por um momento difícil, por imóveis sem escritura pública, causando impacto negativo na economia do município e diminuição de empregos ligados ao segmento imobiliário, fazendo com que essas pessoas procurem ofertas de emprego em Natal. **Joacy Carlos** afirmou que contemplará regularização fundiária, e afirmou que o plano atual permite verticalização até 20 andares. Vereador Emílio Junior, parabenizou os esforços da secretaria de projetos especiais, sugeriu disponibilizar o estudo e a apresentação que foi feita para todos os munícipes, para que possa ser analisado em sua completude por todos. Na tocante a saúde afirmou que não atende a todo o município e há falta de atendimento médico, exemplificou o caso de Bela Vista, que conta com uma população de aproximadamente 15 mil habitantes e apenas um posto de saúde para atendê-los. **Joacy Carlos** esclareceu que a previsão para a abertura do novo posto de saúde em Bela Vista, é de 20 a 30 dias. E acerca da disponibilização dos documentos, disse que eles estarão disponíveis no site da prefeitura em aproximadamente três dias. Na sequência das falas registradas **Joacy Carlos** colocou que não houveram propostas de alterações acerca das informações contempladas no diagnóstico, sendo assim seguiu-se com a votação do documento que foi apresentado e disponibilizado a todos os delegados com devida antecedência, com o seguinte resultado: Unanimidade registrada por foto aprovou o diagnóstico apresentado. Destaca-se que apenas os delegados (titulares ou suplentes) tiveram direito a voz e voto, os demais presentes apenas a voz, conforme o Regimento Interno aprovado na 1ª Audiência Pública. Não havendo nenhuma objeção e não tendo nada mais a registrar, eu **Raisa Rodrigues dos Santos** – consultora da FUNCERN, lavrou a presente ata, será por mim e por todos os presentes assinada, conforme lista de presença, com o encerramento dos trabalhos as 20h35.